ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 11/2020 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020.

Aos 10 dias do mês de novembro de 2020, em primeira convocação, a reunião remota da Plenária Ordinária do CAU/RJ de n. 11/2020, teve início às 16h13 sob a coordenação do Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo M. Salazar, com a verificação da **presença dos Conselheiros Titulares:** Almir Fernandes, Davide Siffert Dulcetti, Vinicius Chiessi, Edivaldo Souza Cabral, Fernando Mendes, Gustavo Manhães, Jerônimo de Moraes Neto, Leila Marques da Silva, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Lucas Teixeira Franco, Maira Mattos Rocha, Maria Isabel de V. P. Tostes, Pablo César Benetti, Sandra Sayão, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva ; **Conselheiros Suplentes:** Antonio Augusto Verissimo, Vicente de Paula, Simone Feigelson. **Conselheiros que justificaram ausência:** Daniel Mendes de Sousa (licenciado), Maria Lucia Borges, Luana S. Pimenta, Manoel Vieira (licenciado), Regina Cohen, Sydnei Menezes. O Presidente iniciou a reunião com o **Item 1 – Verificação do Quórum**, anunciando o número mínimo de 14 (quatorze) Conselheiros presentes para começar a sessão e execução do **Hino Nacional Brasileiro** – dispensada a execução do Hino Nacional. **– Item 2 – Aprovação da Ata da Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 10 de outubro de 2020. Não h**ouve pedidos de retificações à ata. **Colocada em votação a ata de outubro, sem pedido de retificações, foi aprovada com 10 votos favoráveis, três abstenções, zero contrários. 3. Apresentação da pauta e Comunicados da presidência**. **A mesa propôs a inversão de pauta e colocou em votação, obtendo 14 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum contrário. 4.1.Ad referendum para prorrogação do trabalho remoto até o dia de hoje**; Antes, a Conselheira Isabel pediu a palavra para complementar dizendo que o CAU/BR já deliberou que o trabalho remoto deve ir até 31 de dezembro colocado em votação recebeu **14 votos favoráveis, zero contrários e zero abstenções.** O Conselheiro Gustavo Manhães, com a palavra, relatou o evento Fórum de Entidades que foi um desejo realizado de algum tempo, com entidades do interior e da capital não representadas no CEAU. No último encontro, com 11 entidades, do interior, e nessa reunião apresentou-se a carta do IAB e de apoio e surgiu a necessidade de criar o fórum permanente, com representantes do CAU, CEAU e as que não compõem o CEAU; sugeridas reuniões, no mínimo uma por semestre. Houve uma deliberação, que foi lida por ele e projetada na tela. O Conselheiro Gustavo Manhães registrou ainda a importância da criação desse Forum. Conselheiro Jeronimo de Moraes inscreveu-se para complementar que a iniciativa do fórum ser permanente é um êxito, um legado deixado pela CEP, ideia coletiva, de muita importância; que o CAU terá êxito quando tiver capilaridade, participação de todos os colegas, da capital e interior. A Conselheira Leila Marques, que participou da reunião do fórum, reafirmou a importância de ter entidades com representação nacional; que é importante trazer as idéias para o Plenário para mais discussões; trazer o resultado para dentro do CAU para produzir o diálogo e a expansão de idéias. Parabenizou a iniciativa e espera que ela seja menos esporádica. O Conselheiro Lucas Faulhaber, apoia a iniciativa; que o Forum é mais que extensão do CEAU, todos tem que se apoiar. Mas se

inscreveu por uma dúvida, sobre o primeiro ponto da deliberação, qualificar que entidades são essas que participarão do fórum; qualquer entidade poderá se cadastrar? Como por ex.Ongs que têm arquitetos mas que não têm representação profissional? Poderiam participar? Conselheiro Pablo, parabenizou a iniciativa e manifestou a mesma dúvida do Lucas; importante que o fórum tenha um foco e tenha efetiva representatividade no interior; propõe aprovar o texto no mérito e depois se reformula com mais clareza o texto. Não se deve limitar no fórum, futuros conselheiros devem se debruçar sobre a experiência do Paraná. O nosso apoio tem que continuar na próxima gestão. O Conselheiro Davide, participou como convidado na CEP, na reunião que fez a deliberação, e entende que é fundamental que outras entidades possam participar; que acha que o encontro com a sociedade é destinado a outras entidades que não só de arquitetos; esse é o espaço que entram as Ongs; lamenta que não haja regionais no Rio de Janeiro. Conselheiro Jeronimo, sobre o ponto do Lucas, entende que devem ser representações profissionais e que entidades devem estar no encontro com a sociedade. Conselheira Sandra Sayão registra que todos os fóruns realizados foram um grande passo do CAU para apoiar os profissionais, devem-se perpetuar e acrescer de outras iniciativas; aprimoramento; vai consolidar movimentos no futuro. Presidente Jeferson sugeriu algumas modificações na redação sem mudar a essência da proposta apresentada pela CEP; pondera que devemos aprovar o mérito e a CEP reuniria sugestões do plenário que abraçou a idéia. Indaga ao Conselheiro Gustavo o que ele acha da ideia que manifestou concordância que as entidades tenham o exercício da profissão; que o documento foi elaborado pelo Conselheiro Fernando, que tem alguns acertos a fazer; é importante aprovar o mérito e depois fazem-se os ajustes; agradece o apoio de todos os colegas. Conselheiro Lucas Faulhaber disse que não há discordância sobre a criação do fórum mas que há muito trabalho ainda para escrever o regimento. Colocada em votação **a aprovação do fórum permanente de entidades proposto pela CEP, recebeu 17 votos favoráveis; zero votos contrários; zero votos de abstenção**. **4.2. Apresentação do plano de ação para 2020**. Presidente Jeferson passou a palavra à Conselheira Maria Isabel Tostes que iniciou afirmando que todos receberam o planejamento 2021; que foram adotados os objetivos propostos, já aprovados na CPFI; que também foram aprovados os 15% da reserva de capital, até o valor de 600mil. Gerente-geral Ricardo Gouvêa apresentou os objetivos locais, a partir dos eixos propostos pelo CAUBR: incidir sobre a geração de emprego e renda; ensino e formação; democratização da arquitetura e urbanismo e interiorização. Além disso, ampliação para 3% para ações de ATHIS; redução de 15% nas despesas das comissões; limitação de 15% dos recursos de capital, no limite de 600 mil, para os projetos especiais. O Gerente financeiro, Flavio Vidigal, apresentou o orçamento base de 2021, enviado a todos pela SGM. São 28 projetos, com respectivas rubricas de valores; indicou as receitas (pessoas físicas, pessoas jurídicas, RRTs, taxas e multas) de 11 milhões332mil; aplicações; 220 mil de aplicações em conta corrente em caixa; outras receitas;600 mil de superávits para projetos especiais, 500mil de despesa de capital (para aquisição de equipamentos, manutenções etc); o orçamento, assim, fecha em 12 milhões 432mil. Passando aos projetos das comissões, explicitou as ações eleitas. Houve redução em 15% para cada comissão. Passada a palavra à coordenadora da CPFI, a Conselheira Maria Isabel complementou dizendo-se muito satisfeita com os dados obtidos, percentuais

etc. O Conselheiro Davide pediu informações sobre a alocação de verbas para a comunicação, o que seria gasto com 814mil?; que não vê sentido em patrocinar arquitetura indígena e só dar 25 mil para relacionamento com a sociedade. Cons.Maria Isabel explicou que havia uma licitação que não foi concluída, de contratação de agência de publicidade; quanto a arquitetura indígena, o tema foi trazido pelo CEAU pois haverá uma Olimpíada de Jogos Indígenas; a verba é destinada aos Jogos mas há uma pequena verba para se houver um concurso de estudantes.O Gerente Ricardo esclareceu o detalhamento da comunicação. Presidente Jeferson esclareceu também que esta proposta dá condições para o CAU funcionar no começo do ano mas há possibilidade de uma reprogramação orçamentária em março ou nos meses seguintes próximos. O gerente-geral chamou a atenção para a receita que é uma incógnita e que haverá reprogramação; algumas questões poderão ser superadas além do que previsto pelo CAU/BR. Conselheiro Davide, ainda sobre Ascom, disse ser de extrema importância, os valores para o relacionamento com a sociedade; entende que são muito pequenos; entende que a valorização da profissão. Foi-lhe esclarecido que os projetos citados pelo Conselheiro Davide são específicos e por isso tem dotação orçamentária específica e mínima porque não há como programar eventos à revelia da próxima gestão. Após os esclarecimentos dados, foi colocada **em votação 1) a proposta do planejamento orçamentário para 2021, recebendo 15 votos favoráveis; zero votos contrários e 03 votos de abstenção. 2) Aprovação dos 15% da reserva de capital até o limite de 600mil para projetos especiais. Colocada em votação, recebeu 15 votos favoráveis; 01 voto contrário; 01voto de abstenção**. **4.3. Prorrogação do trabalho remoto**, com a observação de que Caubr já prorrogou até 31 de dezembro.. Colocada em votação**, prorrogação até a plenária de janeiro**, **recebeu 14 votos favoráveis; zero contrários e uma abstenção**. **4.5. Ratificação dos processos com deferimento das impugnações. Recebeu 15 votos favoráveis, zero votos contrários, 01 voto de abstenção. 5. Recursos à plenária. 5.1. Ratificação pela Plenária de processos com decisão da CPFI pela procedência das impugnações apresentadas. Colocado em votação, recebeu 14 votos favoráveis e uma abstenção. 5.2. Recurso de indeferimento de impugnação, Relator Gustavo Manhães, PAC 0537: não foi relatado e por isso, encaminhado à redistribuição. 5.3. Relator Sergio Nogueira,** processo n. 2018-4-0304, foi deliberado na CED e não é recurso como constou da pauta. Com relato do Conselheiro Sergio Nogueira, após relatório, inscreveu-se o Conselheiro Jerônimo que, primeiramente, disse que se despedia do CAU/RJ após dez anos; faz uma homenagem especial ao decano Cons.Almir Fernandes e em seu nome a todos os colegas; e parabenizou os novos conselheiros e a conselheira federal Maira Rocha. Por fim, propôs um voto divergente com pena de advertência ao colega. Conselheiro Davide observou que há de se ter cuidado em julgar os colegas pelo fracionamento do projeto. Os profissionais estão precisando de trabalho e hoje em dia não existe a unicidade do projeto de arquitetura. A questão da reserva técnica, também está em todo o lugar, não adianta, entender o por que do fracionamento. A divergência se dá porque houve acobertamento do exercício ilegal e a profissional não podia se esse ela desenvolve ela tomou conhecimento de desenho. Com o encaminhamento de votação do parecer da CED, acompanhando o relator, sim ou não, **resultou em 8 favoráveis e 7 votos contrários. Informes.Comunicados do presidente**. Fórum de presidentes relativo ao CSC; foi feita uma live dos conselhos profissionais

nacionais, com parlamentares da Frente Nacional dos Parlamentares pelos Conselhos Profissionais. O acordo coletivo com os servidores que foi celebrado.
O Conselheiro Lucas Faulhaber ressaltou que uma das questões trabalhadas na CPU foi o enfrentamento ao PL174, lei do puxadinho, julgada ontem no TJRJ com uma cautelar suspendendo os efeitos da lei , articulação importante do CAU com o MP. A reunião foi encerrada às 19h21. Eu, Marina Burges, secretária da mesa, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo **Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo M. Salazar. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2020.**

Marina Burges Olmos
Secretária da Mesa

Jeferson Roselo M. Salazar
Presidente do CAU/RJ